

Línguas minoritárias e variação linguística | 2



Coordenação

Alberto Gómez Bautista

Helena Rebelo

Luís Pinto Salema

Lurdes de Castro Moutinho

Tamara Flores Pérez

Ficha técnica

TÍTULO

Línguas minoritárias e variação linguística | 2

COORDENADORES

Alberto Gómez Bautista

Helena Rebelo

Luís Pinto Salema

Lurdes de Castro Moutinho

Tamara Flores Pérez

EDITORA

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

1.ª edição – dezembro 2022

ISBN

978-972-789-825-1

DOI

<https://doi.org/10.48528/93wj-jt89>

Os conteúdos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

APOIOS

universidade de aveiro  dlc departamento de línguas e culturas

universidade de aveiro  cllc centro de línguas, literaturas e culturas

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SUPERIOR

Este trabalho é financiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto UIDB/04188/2020.

Nota introdutória

No dia 29 de outubro de 2021, realizaram-se, no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC) da Universidade de Aveiro, Portugal, as II Jornadas em Línguas Minoritárias, tendo como comissão organizadora os editores do presente volume, Alberto Gómez Bautista (Professor Adjunto Convidado do ISCAL e na ESHTe/ CLLC, Universidade de Aveiro), Helena Rebelo (Professora Auxiliar da Universidade da Madeira / CLLC), Luís Pinto Salema (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CLLC) e Tamara Flores Pérez (Leitora da Universidade de Aveiro / CLLC /USAL).

A comissão científica do evento integrou, além dos organizadores, os Professores Ana María Cano González (Universidad de Oviedo), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro), Francesc González i Planas (Universitat de Girona), María Victoria Navas (Universidade Complutense de Madrid), Rosa Lúcia Coimbra (Universidade de Aveiro), Tabita Fernandes da Silva (Universidade Federal do Pará) e Xosé Luís Regueira (ILG, Universidade de Santiago de Compostela).

Com este evento, pretendeu-se aprofundar temáticas relacionadas com a investigação científica sobre línguas minoritárias. Abordaram-se questões envolvendo descrição, prescrição e normalização, com foco no contacto linguístico, na influência da língua dominante, na descrição gramatical, nos estudos fonéticos, nos estudos prosódicos e nos aspetos sociolinguísticos, tendo os trabalhos incluído conferências e comunicações orais.

De entre as comunicações apresentadas no evento, após uma revisão científica por pares, foram selecionadas algumas delas. A publicação é da responsabilidade da Comissão Organizadora do evento.

Os editores

Comunicações

6 | Gabino S. Vázquez-Grandío

A xestión lingüística nos principais contextos de socialización infantil de Galicia

35 | Gonzalo Llamedo Pandiella

Discursos d'odiu en *Twitter* escontra de tres llingües romániques minoritarias: tendencias comparties

63 | Helena Rebelo

A União Europeia e as Línguas Románicas não Oficiais: Uma leitura da *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* e de manuais de Linguística Românica

99 | Lurdes de Castro Moutinho & Alberto Gómez Bautista

O projeto AMPER-MIR: desafios de investigación em prosódia de uma língua minoritária

120 | Miguel Rodríguez Monteavaro

Cuestiones dialectométriques y sociolingüísticas nel área centro-occidental asturiana

Mesa-redonda

148 | Alberto Gómez Bautista

As línguas minoritárias e menorzadas no ocidente da Península Ibérica

*A CARTA EUROPEIA DAS LÍNGUAS REGIONAIS OU
MINORITÁRIAS E AS LÍNGUAS ROMÂNICAS NOS MANUAIS
DE LINGUÍSTICA ROMÂNICA*

Helena Rebelo

**A CARTA EUROPEIA DAS LÍNGUAS REGIONAIS OU
MINORITÁRIAS E AS LÍNGUAS ROMÂNICAS NOS MANUAIS DE
LINGUÍSTICA ROMÂNICA**

**THE EUROPEAN CHARTER FOR REGIONAL OR MINORITY
LANGUAGES AND THE ROMANCE LANGUAGES IN THE HANDBOOKS
OF ROMANCE LINGUISTICS**

Helena Rebelo

CLLC - Universidade de Aveiro, Portugal

Resumo:

Com a *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*, o tema das línguas europeias não oficiais, nomeadamente as românicas, parecia ganhar destaque. Porém, quem estuda Linguística Românica tenderá a dar predominância às línguas nacionais, as dominantes, que também são línguas oficiais da União Europeia. As que, politicamente, não têm esse estatuto vão sendo esquecidas. Para o comprovar, bastará observar os manuais de Linguística Românica publicados e divulgados, inclusive na Internet. Que alcance teve a *Carta* desde 1992 em quem estuda Linguística Românica? Que vitalidade tem, ou pode ter, a *Carta* em manuais de Linguística Românica?

Palavras-chave:

União Europeia, línguas românicas não oficiais, políticas linguísticas, línguas dominantes, manuais de linguística românica.

Abstract

With the *European Charter for Regional or Minority Languages*, the issue of non-official European languages, especially Romance languages, seemed to gain importance. However, those who study Romance Linguistics tend to give priority to national languages, the dominant languages that are also official languages of the European Union. Politically, when the languages don't have this status they are forgotten. To prove this, it is enough to look at the published and widespread handbooks on Romance Linguistics, including those on the Internet. What effect has the *Charter* had on students of Romance Linguistics since 1992? What vitality does or can the *Charter* have in the handbooks of Romance Linguistics?

Keywords: European Union, Non-official Romance languages, language policy, dominant languages, Romance Linguistics handbooks.

Considerações introdutórias

Importa trazer à discussão questões de Política Linguística no seio da União Europeia (UE), quanto ao património linguístico e ao cultural que envolve, assim como pensar sobre as implicações que têm em diversos domínios, incluindo no ensino. Circunscreve-se a temática, relacionando as línguas românicas com a UE, a, por um lado, manuais dedicados às línguas, sobretudo os de Linguística Românica, e, por outro, à *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* (doravante simplesmente a *Carta*), aberta à assinatura em Estrasburgo, em 05-11-1992 – Série de Tratados Europeus n.º 148 – e entrada em vigor na ordem internacional a partir de 01-03-1998. Para as referências a este documento, recorre-se à tradução portuguesa da *Carta* veiculada pela Procuradoria-Geral da República, mais precisamente o Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Considera-se, em simultâneo, e essencialmente, o *Relatório Explicativo* (doravante *Relatório*) que a aprofunda, adiantando pormenores sobre a sua devida interpretação. Para os manuais, entre as inúmeras possibilidades, consultam-se quatro explicitamente de Linguística Românica, aqui identificados pelos apelidos dos autores: Lausberg (1963), Bec (1971), Tagliavini (1993) e Allières (2001), mas, primeiramente, opta-se por facultar obras gerais, usadas no ensino alargado das línguas do mundo: um compêndio de gramática latina (Figueiredo & Almendra, 1977), uma publicação destinada ao grande público (Belin para a Ciência, 1999), um atlas de línguas de ampla divulgação (Wyse, 2001) e uma página Web (Camara Bilbao, 2019).

A finalidade principal deste exercício analítico-comparativo é compreender que importância é dada às línguas românicas, identificando as que são enunciadas nesses materiais pedagógicos. Outros propósitos consistem em perceber se são sempre os mesmos idiomas e, não o sendo, quais os que ficam “esquecidos” (excluídos, porque apagados dos mapas ou esquemas, dos índices ou dos materiais de trabalho). O paralelo entre *Carta* e manuais, anteriores e posteriores a ela, faz-se no sentido de procurar a presença das línguas românicas não oficiais, nos exemplos linguísticos concretos divulgados no estudo das línguas românicas hoje. A hipótese previamente colocada é que se tende a estudar, e mesmo simplesmente identificar, as línguas maioritárias ou nacionais e não as minoritárias ou regionais. Por exemplo, quem ensina Linguística Românica em ambiente universitário deveria dar atenção a todas as línguas românicas, tenham elas o estatuto que tiverem. Esse seria o cenário esperado. No entanto, vão sendo feitas escolhas concretas quanto às línguas a trabalhar ou a mencionar. Sem esquecer o latim, a fonte de onde jorraram, o ideal seria dar relevância a todas as línguas, incluindo as variedades,

românicas: mortas ou vivas, nacionais ou regionais, maioritárias ou minoritárias, oficiais ou não oficiais. Porém, pelas experiências trocadas entre docentes, em jornadas de trabalho e investigação, registou-se o caso extremo do número mínimo de línguas, havendo quem prefira concentrar-se exclusivamente em duas, nomeadamente português-francês, tornando contrastiva a abordagem da Linguística Românica. Entende-se que este ponto de vista se torna demasiado redutor, não dando a conhecer aos estudantes – mesmo se são da área da Cultura e não da Linguística – a riqueza linguística existente no seio da tradição românica e, por conseguinte, no interior da própria UE, perdendo-se, sistematicamente, um património abundante. Esse procedimento será desencadeado pelos conhecimentos linguísticos de quem ensina e pelos manuais existentes.

Metodologicamente, tendo em conta a *Carta*, folheiam-se, aleatoriamente, algumas publicações (as referidas) voltadas para o ensino das línguas como os manuais, menos ou mais especializados, mais antigos e mais recentes. Procede-se a uma leitura geral da *Carta* pelo intermédio do seu *Relatório*. Começa-se por dar conta daquela peça documental, através deste texto exploratório, para, depois, apresentar o resultado da leitura de alguns manuais (referências bibliográficas ou “webgráficas”), no sentido de comparar os dados e de verificar a intenção do referido documento político da UE. Observa-se o processo de identificação das línguas “regionais”-“minoritárias”, neste caso as românicas, registadas nos manuais, incluindo os de Linguística Românica. No plano metodológico, para a recolha de informação, facultam-se os dados resultantes de uma consulta geral das obras, apontando as designações das línguas no texto e no paratexto: capa, contracapa, índice, esquemas, mapas, etc. Indo da *Carta* para os manuais, em especial os de Linguística Românica, pretende-se compreender que línguas românicas não oficiais (regionais e minoritárias) os manuais referem e quais as que não mencionam. Que vitalidade tem a *Carta* em manuais de Linguística Românica? Que alcance terá, ou pode ter, a *Carta* desde 1992 em quem estuda Linguística Românica?

1. *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias e Relatório Explicativo*

A Política Linguística no seio da UE é um assunto permanentemente em aberto e que deveria suscitar reflexão constante. Foi o caso com o papel do inglês, após o Brexit, em 2020 (concretizado no dia 31-01-2020), na comunicação entre as instituições e entre os Estados, sobretudo a nível de política interna. Na comunidade global de falantes da UE, colocou-se a questão da sua importância, quando apenas a Irlanda o tem como língua oficial, no conjunto dos 27 Estados. No entanto, foi mantida como língua de trabalho, sendo,

predominante, pela sua importância estratégica no plano diplomático internacional. Aliás, um olhar atento sobre as ferramentas linguísticas da União Europeia na Internet – veja-se o caso da ferramenta “etranslation” apresentada logo de início em inglês, como praticamente toda a documentação para concursos ou outra, embora possa, depois, ter tradução – leva a concluir que a língua inglesa é cada vez mais dominante, inclusive na comunicação com os cidadãos, embora não seja língua primeira no seu território multinacional e plurilingue para a maioria da população. Contudo, apesar deste caso relativo ao inglês, pelo mundo, em matéria de Política Linguística, a UE é um modelo interessante e raro, já que reconhece a importância da diversidade linguística, dando-lhe valor. Porém, não é suficiente. As suas línguas oficiais são as dos Estados, mesmo se as línguas de trabalho ficam reduzidas à mais conhecidas e, logo, politicamente mais fortes, pese embora o reconhecer a existência de um Património Linguístico em línguas históricas circunscritas a territórios geograficamente delimitados no interior dos estados da UE.

Tendo surgido na década de 90 do século XX, a *Carta* pretendeu valorizar e salvaguardar todas as línguas europeias como um importante e preciosíssimo Património Linguístico Europeu. Consciente da riqueza da diversidade, visou, legalmente, reconhecer um tesouro humano que integra não só as que têm estatuto nacional, mas as que, por diversas razões, não o têm, ficando com a classificação de “línguas minoritárias e/ ou regionais”, pertencentes a múltiplas ramificações linguísticas e as românicas são um ramo consistente e fundamental. O tema das línguas europeias, como as românicas, que não são classificadas como oficiais, parecia ganhar destaque com a *Carta*, mas, no fundo, este documento não terá mudado o cenário de domínio e de supervalorização de umas relativamente às outras: as valorizadas antes dela e as que o foram depois dela. Como se pode ler no preâmbulo, com a enunciação dos “considerandos” a intenção era muito boa (sublinhados adicionados):

“Os Estados membros do Conselho da Europa, signatários da presente Carta, Considerando que a finalidade do Conselho da Europa consiste em alcançar uma união mais estreita entre os seus membros, particularmente a fim de salvaguardar e promover os ideais e os princípios que constituem o seu património comum;

Considerando que a proteção das históricas línguas regionais ou minoritárias da Europa, algumas das quais se encontram em risco de eventual desaparecimento, contribui para a manutenção e para o desenvolvimento da riqueza cultural e das tradições da Europa;

Considerando que o direito de utilizar uma língua regional ou minoritária na vida privada e pública constitui um direito inalienável em conformidade com os princípios consagrados no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, e de acordo com o espírito da Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa.”

Basicamente, é reconhecido o papel primordial da língua – seja ela qual for e tenha o estatuto político que tiver – aos falantes europeus. Como se lê, existe “o direito de utilizar uma língua regional ou minoritária na vida privada e pública”. Todas são “património comum”. Por conseguinte, para aprofundar os propósitos da *Carta*, faz-se a leitura das suas propostas, retomando pontos do seu *Relatório*, a fim de destacar questões essenciais, isto é, o Património Linguístico no seio da UE, a diferença entre “língua” e “dialeto” com a orientação de não pronúncia quanto à diferença entre ambos, a especificação dos sentidos para “língua regional” e “língua minoritária”, terminando com a aplicação quotidiana das línguas “regionais ou minoritárias” de que se salienta o ensino.

1.1. Património Linguístico

A definição de “Património Linguístico” tem sido uma das linhas de investigação com reflexão em que se tem pesquisado (cf., por exemplo, Rebelo, 2016). O seu sentido mais lato é, sem dúvida, o de “conjunto de línguas”, embora a significação de “Património Linguístico” possua outros significados. Para a *Carta*, aquele também é o sentido que prevalece, ao considerar todas as línguas da UE em si. Porém, não inclui as línguas de herança (enquanto *Language Heritage*, expressão diversa de Património Linguístico), ou seja, as das comunidades de imigrantes. O âmbito está circunscrito à própria UE e à sua História. Assim, o Património Linguístico é o Património Cultural Europeu, como se lê no *Relatório*, relativamente ao preâmbulo (sublinhados adicionados) reporta-se às línguas europeias “ameaçadas” e com um “passado desfavorável”:

“10. Como está claro no preâmbulo, o propósito essencial da Carta é cultural. Foi concebida para proteger e promover as línguas regionais ou minoritárias enquanto elemento ameaçado do património cultural da Europa. Por esta razão, não apenas contém uma cláusula de não discriminação relativa ao uso destas línguas como também provê meios no sentido de lhes oferecer apoio ativo: a finalidade é a de assegurar, tanto quanto razoavelmente possível, o emprego das línguas regionais ou minoritárias na educação e nos media e de permitir o seu uso em

composições judiciais e administrativas, na vida económica e social e em atividades culturais. Apenas por esta via podem estas línguas ser compensadas, quando necessário, pelas condições desfavoráveis do passado. E apenas assim podem ser preservadas e desenvolvidas como uma das facetas da identidade cultural da Europa.”

Como nestas linhas, logo no ponto 2 da Introdução, são explicitadas as ameaças às línguas “regionais ou minoritárias”, podendo levar à sua extinção. A globalização, acompanhada de uma “padronização homogénea”, é uma delas. Há, por isso, necessidade de preservação da diferença e da diversidade (sublinhados adicionados):

“A situação demográfica de tais línguas regionais ou minoritárias varia muito, indo de poucos milhares de falantes a vários milhões, o mesmo sucedendo, relativamente a eles, com a legislação e a prática dos Estados individuais. No entanto, o que muitos têm de comum é um maior ou menor grau de precariedade. Para mais, seja qual tenha sido o caso no passado, nos dias de hoje, as ameaças com que estas línguas regionais ou minoritárias se deparam são frequentes vezes devidas, no mínimo, tanto à influência padronizadora da civilização moderna, e em particular dos meios de comunicação social, quanto a um ambiente hostil ou a uma política pública de assimilação.”

Avançando progressivamente, as intenções dos autores da *Carta*, expressas com grande clareza no *Relatório*, valorizam as línguas que devem ser salvaguardadas. Contudo, não podem colocar em causa as que têm o estatuto de “oficial”. No ponto 29, são salientados “os princípios do interculturalismo e do multilinguismo”, do âmbito do Património Linguístico, não promovendo a “partição de grupos linguísticos”. Aliás, “está reconhecido que em cada Estado é necessário conhecer a língua oficial (ou uma das línguas oficiais); em consequência, nenhuma das disposições da Carta pode ser interpretada como procurando levantar obstáculos ao conhecimento das línguas oficiais.” Logo, a oposição entre “línguas oficiais”, por um lado, e “línguas regionais ou minoritárias” (portanto, não oficiais), por outro, faz lembrar a constante problemática que diz respeito ao binómio “língua” - “dialeto”, cuja raiz é, por vezes, política. No *Relatório*, o ponto 58 evidencia que o reconhecimento das línguas regionais ou minoritárias é inequívoco, excluindo as variedades para apenas considerar as “línguas”. Assim, “Esta é a questão do reconhecimento da existência destas línguas e da legitimidade do seu emprego. Tal reconhecimento não deve ser confundido com

o tal reconhecimento de uma língua como língua oficial.” A explicação torna-se mais clara: “Admitir a existência de uma língua é uma condição prévia para tomar em consideração as suas características e as suas necessidades específicas e para agir por ela”, pressupondo-se que não acontecerá com a variedade geográfica.

1.2. Língua e dialeto: o conceito de “língua”

Este tema – o esmiuçar a diferença entre “língua” e “dialeto” – é recorrente na bibliografia, tanto na de Dialectologia como na de Geografia Linguística ou, ainda, na área das Políticas Linguísticas porque nem sempre é evidente a distinção entre ambos. Na *Carta*, a problemática é “resolvida” logo à partida, excluindo a variação geográfica (“os dialetos”) da língua estatal (“língua oficial do Estado”). O ponto 17 do *Relatório* esclarece o “conceito de língua” presente na *Carta*, ou melhor, a ausência dele (não define o conceito) por reenviar para o falante a definição, isto é, estabelecer o que entende ser “a sua própria língua” (sublinhados adicionados):

“17. O conceito de língua tal como empregue na Carta concentra-se primariamente na função cultural da língua. Esta é a razão pela qual não é definido subjetivamente de tal modo que consagre um direito individual, qual seja o direito de falar “a sua própria língua”, deixando-se a cada individuo a definição dessa língua. Também não se confia numa definição político-social ou étnica pela descrição de uma língua como o veículo de um grupo social ou étnico particular. Em consequência, a Carta está em medida de se abster de definir o conceito de minorias linguísticas, uma vez que a sua finalidade não é a de definir os direitos de grupos étnicos e/ou culturais, mas de proteger e de promover as línguas regionais ou minoritárias enquanto tais.”

O *Relatório Explicativo* da *Carta* vai retomando o documento original, aprofundando a temática. Observe-se a determinação de não tomar partido entre a classificação de “língua” ou “dialeto”, no ponto 32, intitulado “Línguas diferentes”, mas deixando claro reportar-se de tratar apenas a línguas e não a dialetos. Reconhece, no entanto, que é controversa a distinção, nem sempre evidente (sublinhado adicionado):

“32. Estas línguas devem diferir claramente da outra língua ou línguas faladas pelo restante da população do Estado. A Carta não se ocupa de variantes locais ou de dialectos diferentes de uma e da mesma língua. Mas também não se pronuncia sobre a questão frequentes vezes controvertida do ponto a partir do qual formas

diferentes de expressão constituem línguas separadas. Esta questão depende não apenas de considerações estritamente linguísticas, mas também de fenómenos psicossociais e políticos que podem produzir uma resposta diferente em cada caso. Nesta conformidade, será deixada às autoridades implicadas dentro de cada Estado, de acordo com os seus processos democráticos próprios, a determinação do ponto a partir do qual uma forma de expressão, constitui uma língua separada.”

Os Estados ficam, portanto, com a incumbência de tomar decisões para saber que manifestações linguísticas equivalem a “línguas separadas” e quais as que são variedades. Todas essas realidades constituem Património Linguístico, mas unicamente aquelas merecem ser, neste documento, alvo de atenção para salvaguarda e conservação. Pela *Carta*, o que parece inequívoco é que há línguas que não são oficiais e é a estas que se destina o documento da UE de 1992. O que entende a *Carta* por essas línguas que qualifica de “regionais ou minoritárias”? Por que razão estarão as duas características associadas?

1.3. Categorias de línguas: “regionais” e/ ou “minoritárias”

A *Carta* é um documento com um fundamento muito interessante para quem estuda Linguística e procura entender a relevância das línguas no mundo hodierno e as relações de força entre umas e as outras, seguindo as vontades quer dos falantes em geral, quer dos políticos em particular. Mais à frente no decorrer do texto, é explicado o que se deve entender por “regionais” ou “minoritárias”, sendo apresentadas definições:

“Tendo em consideração as condições específicas e tradições históricas próprias de cada região dos Estados europeus,

Acordaram no seguinte:

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Definições

Para os fins da presente Carta:

a) entende-se por “línguas regionais ou minoritárias”, as línguas que:

- i. Sejam utilizadas tradicionalmente num determinado território de um Estado por nacionais desse Estado que constituam um grupo numericamente inferior à restante população do mesmo Estado; e

- ii. Sejam diferentes da(s) língua(s) oficial(is) desse Estado;

- A expressão não inclui, quer os dialectos da(s) língua(s) oficial(is) do Estado, quer as línguas dos migrantes.”

Acrescenta que há uma “Base territorial” para justificar a existência dessas línguas, o que remete para uma dimensão geográfica (sublinhados adicionados):

“33. As línguas cobertas pela Carta são primariamente línguas territoriais, ou seja, línguas que são tradicionalmente empregues numa área geográfica particular. Esta a razão pela qual a Carta procura definir o “território no interior do qual a língua regional ou minoritária é empregue”. Não se trata apenas do território dentro do qual esta língua é dominante ou falada pela maioria, uma vez que muitas línguas se tornaram línguas minoritárias mesmo nas áreas onde têm a sua base territorial tradicional. A razão pela qual a Carta se ocupa principalmente com as línguas que têm uma base territorial é a de que muitas das medidas que defende necessitam a definição de um campo geográfico de aplicação diverso do Estado como um todo. Naturalmente, existem situações em que mais de uma língua regional ou minoritária é falada num território determinado, a Carta também cobre estas situações.”

A definição do território de uma língua regional ou minoritária (Artigo 1.º, alínea b) é esmiuçada:

“34. O território referido é aquele onde uma língua regional ou minoritária é falada em dimensão significativa, mesmo se apenas por uma minoria, e que corresponde à sua base territorial. Uma vez que os termos empregues na Carta a este respeito são, inevitavelmente, bastante flexíveis, pertence a cada Estado a definição mais precisa, dentro do espírito da Carta, da noção de “língua regional ou minoritária”, tendo em conta as disposições do artigo 7.º, número 1.b., relativo à proteção do território das línguas regionais ou minoritárias.”

Novamente, tudo depende dos Estados porque é a quem compete tomar decisões, mesmo na diferença entre “língua” e “dialeto”, assim como, para as línguas, a distinção entre a(s) oficial(ais) e as restantes. Além disso, fica especificado que “regional” remete para “território” e “minoritária” para número de falantes. Sabe-se que os falantes de uma língua “minoritária” podem ser bem numerosos, atingindo os milhões, mas são sempre postos em paralelo com o número de falantes da língua oficial do próprio Estado e não se tem em linha de conta as fronteiras da UE (por exemplo, na Europa, o português – língua oficial – anda

pelos 10 milhões de falantes e o catalão – língua minoritária – dependendo das fontes, terá entre esse número e os 7 milhões). Por essa razão, prefere-se a indicação “regional”, ou mesmo “não oficial”, em vez de “minoritário” que se restringe às fronteiras nacionais e não da UE, embora a *Carta* seja um documento com dimensão europeia. Além do mais, se o território é um item constante, o número de falantes é variável, por isso, a *Carta* não fixa percentagens como o evidencia o *Relatório*:

“35. Uma expressão chave nesta disposição é o “número de pessoas justificando a adoção das várias medidas de proteção e promoção”. Os autores da Carta evitaram o estabelecimento de uma percentagem fixa de falantes de uma língua regional ou minoritária a que, ou acima da qual, as medidas estabelecidas na Carta se deveriam aplicar. Preferiram deixar ao Estado [sic] a avaliação, dentro do espírito da Carta, de acordo com a natureza de cada uma das medidas previstas, do número adequado de falantes da língua necessário para a adoção da medida em questão.”

Cabe, mais uma vez, a cada Estado estabelecer o que lhe parecer adequado. O ponto 14 destaca a filosofia que subjaz à visão política entre “línguas oficiais e línguas regionais e minoritárias”, ou seja, a não “competição”. Trabalha-se na salvaguarda e na conservação, mas não para promoção ou para elevar a outro estatuto. Serão sempre de um nível não oficial:

“14. Neste contexto, deve sublinhar-se que a Carta não concebe o relacionamento entre línguas oficiais e línguas regionais e minoritárias em termos de competição ou antagonismo. Ao contrário, adota deliberadamente uma aproximação multicultural e multilingue no seio da qual cada categoria de língua tem o seu lugar próprio. Esta aproximação corresponde plenamente aos valores tradicionalmente defendidos pelo Conselho da Europa e aos seus esforços para promover relações mais próximas entre os povos, uma cooperação Europeia reforçada e um melhor entendimento entre os diferentes grupos de população dentro do estado numa base intercultural.”

Apesar de tudo, é fundamental compreender que, independentemente do valor que se atribua a cada língua, ela acaba por estar em permanente “competição” com as outras. Esta visão parece ir no sentido da posição do linguista que estuda as questões de política linguística Louis-Jean Calvet, de certo modo defensor estrategicamente das línguas dominantes por razões pragmáticas. É, pelo menos, o que se lê para uma língua como a

francesa ou a espanhola e a portuguesa, sendo a visão centralizadora, embora considere a variação “local” como a que regista em “La Diversité linguistique: Quel enjeu pour la Francophonie?” As predominantes são centrais e centralizadoras. No entanto, os falantes escolhem a que querem usar, mas, por vezes, essa escolha é condicionada pelas próprias circunstâncias: a língua da rua, a língua das instituições, a língua do ensino, as línguas dos manuais e as referidas nos manuais. É tudo uma questão de Política e a temática das línguas é um assunto político. A esse propósito e ainda no âmbito dos conceitos, o ponto 18 é deveras interessante porque explicita, a nível linguístico, a “terminologia empregue”, incluindo as “categorias” aplicadas às línguas (sublinhados adicionados). Portanto, justifica a preferência pela expressão “línguas regionais ou minoritárias”:

“18. De preferência a outras expressões tais como “línguas menos disseminadas”, o CAHLR optou pelo termo “línguas regionais ou minoritárias”. O adjetivo “regional” refere-se à língua falada numa parte limitada do território de um Estado, dentro do qual, para mais, pode ser falada pela maioria dos cidadãos. O termo “minoria” refere-se a situações dentro das quais, ou a língua é falada por pessoas que não estão concentradas numa parte específica do território do Estado, ou é falada por um grupo de pessoas que, embora concentrada numa parte do território do Estado, é numericamente menor do que a população nessa região que fala a língua maioritária do Estado. Ambos os adjetivos se referem, assim, a critérios de facto e não a noções jurídicas e não se relacionam de todo com a situação num Estado determinado (por exemplo, uma língua minoritária num Estado, pode ser uma língua maioritária noutro Estado).”

Portanto, são os Estados que determinam as classificações das línguas existentes no seio da UE. Os pontos 19 e 20 justificam a escolha das “categorias”, insistindo na “Ausência de distinção entre diferentes “categorias” de línguas regionais ou minoritárias” (sublinhados adicionados):

“19. Os autores da Carta foram confrontados com o problema das grandes diferenças que existem nas situações das línguas regionais ou minoritárias na Europa. Algumas línguas cobrem uma área territorial relativamente larga, são faladas por uma população numerosa e gozam de uma certa capacidade de desenvolvimento e de estabilidade cultural; outras são faladas apenas por uma pequena parte da população, num território determinado, ou num contexto

minoritário muito marcado, e já com um potencial de sobrevivência e desenvolvimento muito debilitado.

20. Não obstante, optou-se por não tentar definir categorias de línguas em função da sua situação objetiva. Tal aproximação não faria jus à diversidade de situações de línguas na Europa. Na prática, cada língua regional ou minoritária constitui um caso especial e seria vão tentar ajustá-las à força em grupos distintos. A solução adoptada foi a de preservar a noção única de língua regional ou minoritária, permitindo aos Estados adaptar as suas políticas à situação de cada língua regional ou minoritária.”

Com a leitura da *Carta* e do *Relatório*, compreende-se a insistência na amplitude veiculada pelos dois qualificativos do título – “regional” e “minoritário” – e entende-se a vontade de os associar, tornando-os interdependentes, embora não sejam equivalentes. Estão, no entanto, associados, remetendo para línguas europeias históricas circunscritas a um território e, por tal, serão tidas como de minorias populacionais. Porém, fica claro que nem todas as línguas têm em simultâneo as duas características. Por que razão a exclusão da designação de “não oficial”? Ficaria muito próxima de “oficial”? Estaria demasiado clara que a distinção resulta unicamente de uma preferência política? Quanto aos qualificativos estabelecidos, julga-se que “regional”, embora esteja mais marcado por reenviar para uma área geográfica, é mais identitário do que “minoritário”. Prefere-se, por isso, o critério geográfico, mesclado com o histórico, do que o que se orienta pelo número de falantes. De qualquer modo, defende-se que, como na *Carta*, a aplicação quotidiana destas línguas é um direito inalienável para os cidadãos que a têm como língua materna ou primeira. Por conseguinte, o ensino deve dá-las a conhecer e permitir estudá-las. A UE quer “compensar” as línguas por um passado de esquecimento, reconhecendo que estão ameaçadas e, por isso, defende que, na vida quotidiana, como na administração, nos meios de comunicação, na educação, etc. devem desempenhar um papel predominante.

1.4. As línguas não oficiais e o ensino

Poderiam citar-se ponto por ponto tanto a *Carta* como o *Relatório* porque todos eles suscitam reflexão e mereceriam atenção. A leitura de ambos os textos é entusiasmante. Escolheram-se alguns excertos e recorreu-se mais a este documento. Retomaram-se para se comentarem, no sentido de clarificar a intenção de valorização das línguas históricas com

território que não são oficiais. A estrutura da *Carta* revela o quanto a intenção foi a de dar relevo às línguas europeias, que habitualmente não o têm, a nível geral. Há uma vontade de sublinhar a tendência e, assim, as que não são oficiais deveriam ser, progressivamente, lembradas, pese embora a força de esquecimento que recai sobre elas. Se, na prática diária dos Estados, se propõe/ impõe que umas tenham mais relevância do que as outras (cf. as línguas de trabalho da UE), poderá ser assim no ensino? O que revelam os manuais, em particular os de Linguística Românica? Nos documentos em análise, tanto na *Carta* como no *Relatório*, é defendido o ensino “nas” e “das” línguas não oficiais. É este último que importa aqui considerar: ensino das línguas.

Exclusivamente para as línguas românicas, pela observação de manuais, mais propriamente das línguas a que recorrem, comparam-se as que têm em comum, estabelecendo-se um paralelo entre e a *Carta* e alguns manuais (anteriores e posteriores a ela), no sentido de procurar a presença das línguas românicas não oficiais, “regionais ou minoritárias”, nos exemplos linguísticos divulgados no estudo das línguas românicas. O ensino ainda tem um longo caminho a percorrer na promoção e na salvaguarda de todo o Património Linguístico Europeu, como o revela a breve demonstração que se vai realizar. O assunto do ensino é retomado abaixo, no ponto 3.

2. As línguas românicas em manuais: uma demonstração

Se se pensar em termos genéricos, o conhecimento científico-pedagógico deveria ser constante e estar fixado, não aceitando grandes flutuações, pelo menos em dados factuais já comprovados. Cientificamente, os conteúdos podem ser contestados, quando há novas informações. Caso contrário, é permanente e transmite-se às sucessivas gerações, até haver novas descobertas. Portanto, na área das Ciências Humanas, mais propriamente nos Estudos Linguísticos, as línguas tidas como ramificações – para retomar a metáfora da árvore tão famosa sobretudo no século XIX (cf., por exemplo, Figura 2) – do latim não deveriam variar em função das políticas linguísticas. Regionais ou nacionais, minoritárias ou maioritárias, oficiais ou não oficiais, quando se identificassem deveriam ser as mesmas. Ora, o que tem vindo a suceder é que apenas as línguas que têm estatuto nacional e sendo, muitas vezes por imposição política, maioritárias, são permanentemente nomeadas, enquanto as restantes vão sendo apagadas (“excluídas”), tanto dos livros, como do ensino. Neste ponto, os autores de manuais, incluindo os editores, também são políticos e, ao fazerem escolhas linguísticas, estas tornam-se determinantes. Por isso, o ensino da Linguística Românica tem de colocar questões políticas no que se refere às línguas. O primeiro passo é identificá-las, a fim de as

poder estudar. Quais e, portanto, quantas são? Retomando a *Carta* e o *Relatório*, pense-se no ponto 21 deste, isto é, “Ausência de uma lista de línguas regionais ou minoritárias na Europa”. Propositadamente, não são apresentadas listas para as línguas não oficiais (sublinhados adicionados):

“21. A Carta não especifica que línguas Europeias correspondem ao conceito de línguas regionais ou minoritárias tal como definido no seu primeiro artigo. Com efeito a avaliação preliminar da situação linguística na Europa, conduzida pela Conferência Permanente para as Autoridades Locais e Regionais da Europa, despertou os autores da Carta no sentido de se absterem de anexar uma lista de línguas regionais ou minoritárias. Por peritos que fossem os seus redatores, tal lista daria certamente lugar a controvérsia com base em fundamentos linguísticos e outros. Para mais o seu valor seria limitado, uma vez que é sempre deixada largamente às Partes, no que respeita às medidas específicas na Parte III da Carta, a determinação de quais as disposições que se vão aplicar a que língua. A Carta apresenta soluções adequadas para as diferentes situações das línguas regionais ou minoritárias, mas não prejulga qual é a situação específica em casos concretos.”

Para evitar as controvérsias, os conflitos, não estabelece listas, mas estas, para quem estuda, têm de existir. Observar os conteúdos de manuais relacionados com as línguas, como, por exemplo, gramáticas, atlas ou obras de divulgação maciça, publicados inclusive na Internet, causa uma impressão de instabilidade a quem os consulta e estuda: as línguas identificadas não são sempre as mesmas. É a demonstração que se vai operar pela consulta de oito referências.

Veja-se uma obra escolar que se usava no ensino do latim, na década de 80 do século XX, nas escolas do Ensino Secundário em Portugal, o *Compêndio de Gramática Latina* de José Nunes de Figueiredo e Maria Ana Almendra (1977, p.9). No Mapa 1, que não contempla os arquipélagos atlânticos europeus, porque não integravam o domínio romano na época da Romanização, estão, por conseguinte, representadas as línguas românicas no espaço europeu (cf. Mapa da Figura 1). Como fruto do Império Romano, estão identificadas e nomeadas 10 línguas: português, galego, espanhol, catalão, francês, provençal, reto-romano, italiano, sardo e romeno.

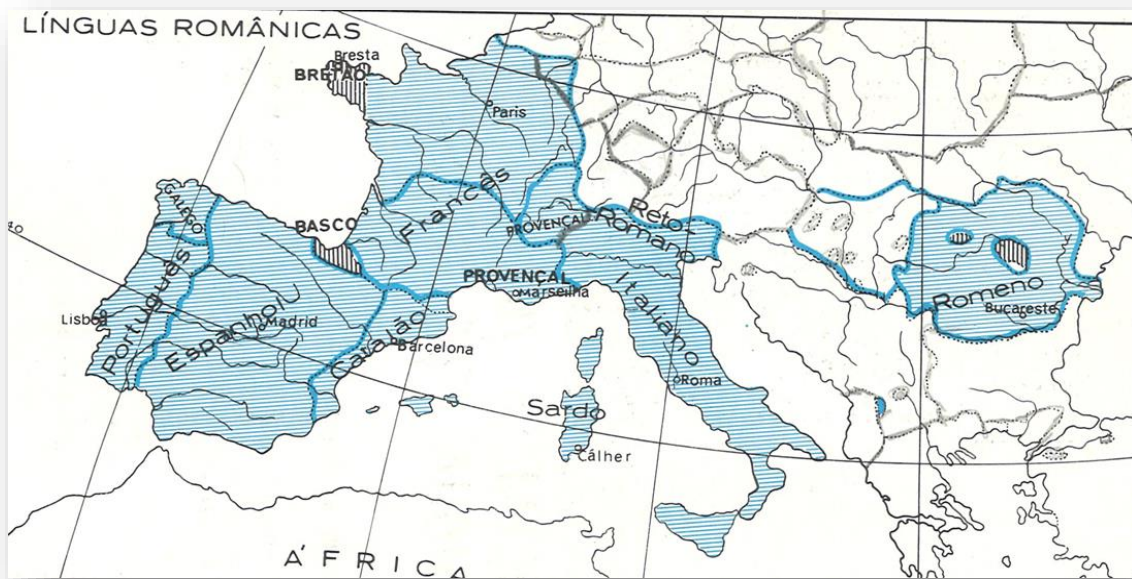


Figura 1: Mapa das línguas românicas na Europa, in *Compêndio de Gramática Latina*, p.9.

Do conjunto, dessas 10 línguas românicas apresentadas no dito compêndio, tendo em conta a *Carta*, contabilizam-se cinco oficiais (of.) e outras cinco regionais (reg.): português (of.), galego (reg.), espanhol (of.), catalão (reg.), francês (of.), provençal (reg.), reto-romano (reg.), italiano (of.), sardo (reg.) e romeno (of.). Sem querer discutir e aprofundar o assunto, nomeadamente, por um lado, sobre o que é uma língua “regional” e uma língua “minoritária” (cf. acima) num território supranacional como a União Europeia e, por outro, do que é entendido como “língua”/ “dialeto” (cf. acima e caixa do Mapa 2) como no caso do “italiano” (considerando a realidade linguística italiana um tecido com uma teia interessante, já que foi uma variedade geográfica regional, num grupo de vários outros, promovido a língua oficial para a unificação nacional), conserva-se esta informação de 10 línguas românicas e passa-se, de seguida, para a observação de outra obra.

Esta possui pendor pedagógico e é de distribuição alargada, embora se insira, ela própria, no domínio da “ciência”. Trata-se da obra de divulgação *Les Langues du Monde*, da editora Belin, com a indicação “Pour la Science”. Observe-se a representação pictórica de famílias de línguas em formato de árvore (Figura 2).

Se a divergência de conteúdos entre obras não é compreensível para uma matéria como a identificação das línguas românicas, muito menos o será numa mesma publicação. Ora, sucede que as nove línguas identificadas no Mapa 2, extraído de *O Atlas das Línguas*, não surgem, umas páginas depois, no esquema do quadro das línguas indo-europeias, no ramo “itálico” (cf. Figura 4). Os lapsos são normais, mas aqui as diferenças entre os conteúdos da Figura 3 e os da Figura 4 elucidam a situação que se vai encontrando disseminada em vários materiais de trabalho no domínio da Linguística Românica: as referências às línguas românicas não são sempre as mesmas, havendo umas permanentes e outras que aparecem ou desaparecem. Portanto, de uma língua não incluída no mapa, o provençal, passam a ser suprimidas três. São identificadas sete línguas românicas: italiano, espanhol, português, francês, provençal (este não figurava no mapa), romeno e reto-românico. Feitas as contas, as três línguas do compêndio e do mapa 2 não incluídas no esquema (cf. Figura 4) são: o galego, o catalão e o sardo. Porquê? O que se impõe é compreender que a exclusão é sistematicamente de línguas regionais. Parece claro que não sucederia com as oficiais. Esquecer-se de referir uma língua nacional, oficial, poderia trazer consequências, mas não lembrar as regionais não parece ser um problema maior. Novamente, nestes lapsos, nestas falhas no ensino das línguas, na sua simples identificação, há questões de política linguística que se devem analisar com atenção.

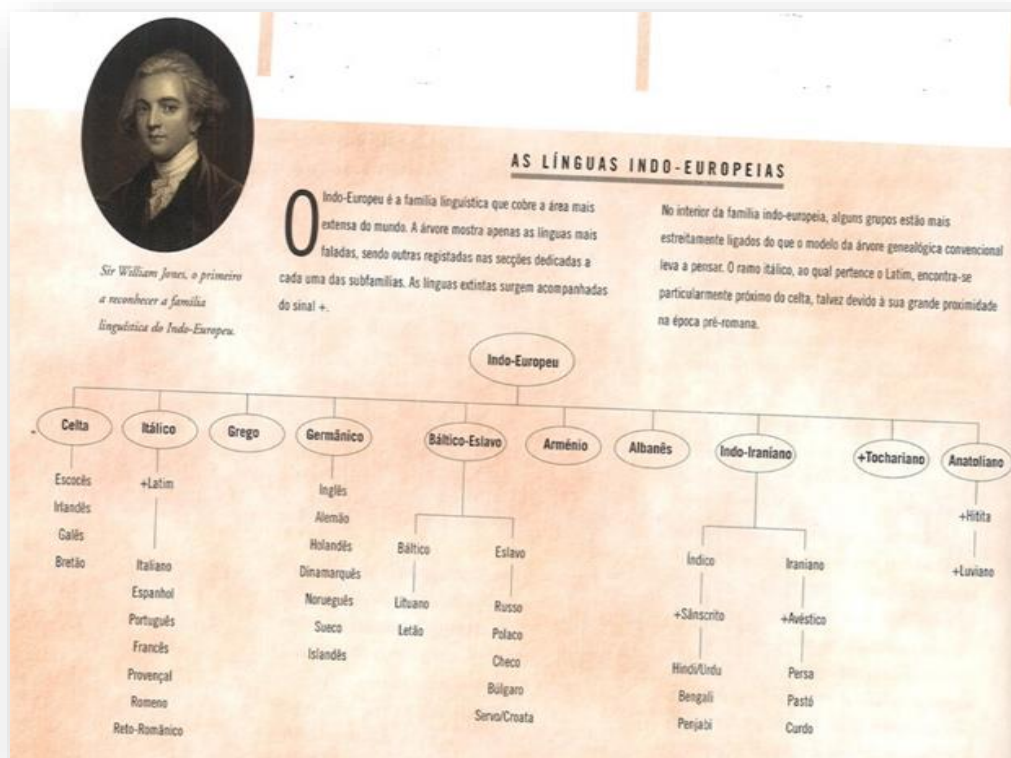


Figura 4: As línguas indo-europeias com o ramo itálico em *O Atlas das Línguas*.

Até agora, as obras referidas são de consulta generalizada e acessíveis a um vasto público, incluindo estudantes do Ensino Secundário. Outros recursos hoje muito consultados são os da Internet. Numa pesquisa alargada sobre as Línguas Românicas na Europa, escolhe-se a página <https://camarabilbaoidiomas.com/las-lenguas-romances/> pela riqueza informativa que comporta. Lê-se nos dados disponibilizados em 2019 pela “Camara Bilbao Idiomas” que “Actualmente, el número de lenguas romances son más de veinte, aunque lo cierto es que muchas de las variedades regionales están amenazadas y sólo media docena de ellas tienen un uso general y varios millones de hablantes por todo el mundo.” Logo, volta-se à problemática do número (mais de 20 línguas românicas) e à questão dicotómica dialeto (variedade regional) / língua. Compreende-se melhor a proposta que é feita no mapa (cf. Figura 5 com Mapa 3) em que são atribuídas cores distintas às realidades linguísticas do território, que, no essencial, retoma o do Mapa 1 e do Mapa 2, ou seja, a Europa.

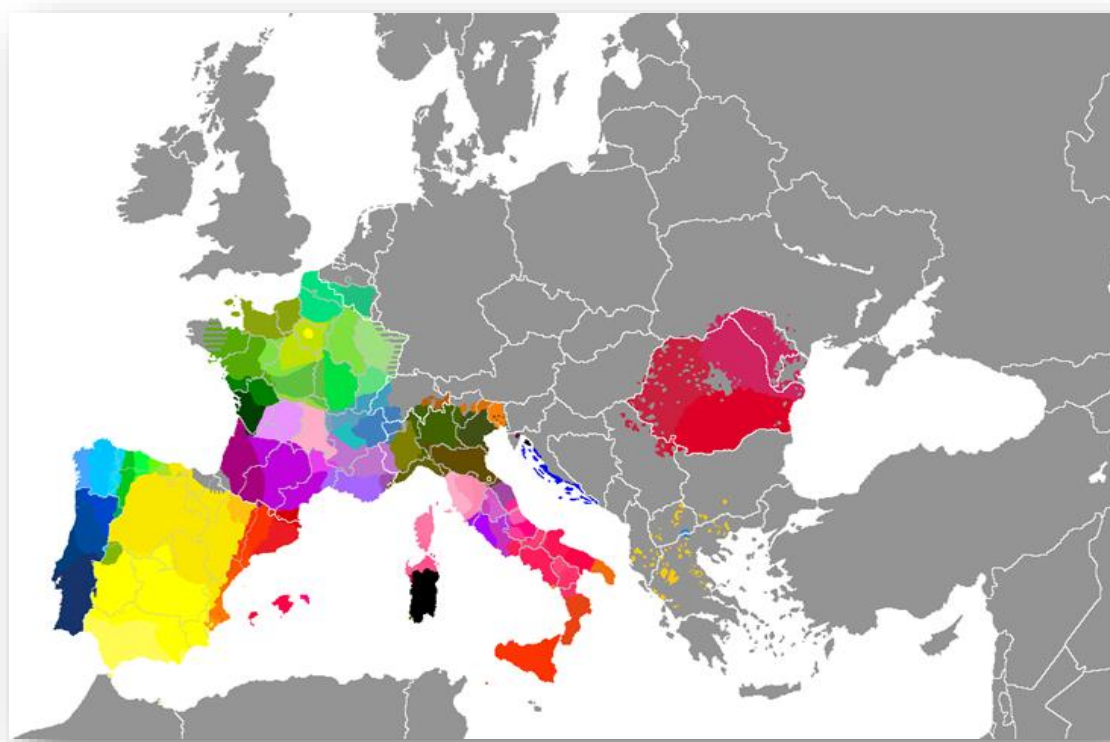


Figura 5: Mapa 3 extraído de <https://camarabilbaoidiomas.com/las-lenguas-romances/>

Sem os arquipélagos atlânticos europeus como as Canárias, os Açores e a Madeira, o colorido do Mapa 3 contempla toda a paleta de cores e vai dando conta do Património Linguístico Europeu nos diversos espaços nacionais. Porém, uma vez que não há nomes associados às cores, não fica muito clara a proposta. Por exemplo, não aparece com clareza

o mirandês, dentro das fronteiras de Portugal. No entanto, as explicações que se vão colhendo auxiliam na leitura do mapa e as “mais de vinte línguas”, embora não surjam nomeadas, vão sendo, algumas delas, referidas num reagrupamento geral para facilitar a identificação:

“Entre los idiomas que agrupan las lenguas romances podemos encontrar las siguientes: en el grupo galorrománico están el francés y el arpitán, en el grupo italo-romano están el rumano, italiano y el siciliano, en el grupo occitano-románico están el occitano, el friulano y el catalán, en el grupo iberrománico están el navarroaragonés, el español, el asturleonés, el gallego y el portugués.”

Portanto, nessa referência da Web, contabilizam-se 13 línguas românicas identificadas a título exemplificativo, pressupondo-se, por isso, haver mais, já que foram contabilizadas mais de 20. Das 10 do compêndio (cf. Mapa 1), apenas falta o sardo. O provençal/ franco-provençal é subdividido em occitano e arpitano. Assim sendo, a lista é a seguinte: francês, arpitano [franco-provençal], romeno, italiano, occitano [provençal], friulano [reto-românico], catalão, espanhol, galego e português. Foram adicionadas ao grupo três línguas: siciliano, navarro-aragonês e asturo-leonês (bable). Em suma, é nas fronteiras espanholas que são contados mais dois (os dois últimos enunciados) e um outro na ilha italiana da Sicília. Seria interessante alargar e aprofundar a listagem, mas opta-se por manter o foco da relação entre a *Carta* e os manuais, insistindo nos de Linguística Românica. A comparação entre alguns deles evidencia que a dificuldade de nomear as mesmas línguas românicas persiste, o que, como se disse, não deveria suceder, especialmente num ramo do saber como o da Linguística, em que a identificação das línguas oriundas do latim deveria, passados tantos séculos desde a Romanização, estar estabilizada.

A Linguística Românica deveria dar destaque a todas as que se formaram a partir do latim: tanto as minoritárias, como as maioritárias e tanto as regionais, como as nacionais. Sejam ou não sejam oficiais, as línguas românicas mereceriam ser alvo de estudo em manuais de Linguística Românica e o número, assim como a sua identificação, teria de ser constante. Cientificamente, esperar-se-ia que esta matéria estivesse consolidada. Defende-se que implicaria ser constante quer quando é alvo de estudo inserida em cursos de Linguística, quer se esse domínio do saber é incluído em cursos mais gerais, mais vocacionadas para as questões de Cultura, e em que os estudantes não possuem conhecimentos explícitos de Linguística e muito menos uma vertente poliglota. Aliás, nos Estudos de Cultura, é ainda mais premente compreender as realidades regionais ou locais. Colocando lado a lado a *Carta*

e manuais de Linguística Românica, no sentido de entender a relevância que lhes – às línguas românicas não oficiais – é dada nos manuais, apresentam-se de seguida, referindo-os unicamente quanto às línguas românicas identificadas em cada um.

Na obra intitulada *Linguística Românica*, originalmente em alemão de Heinrich Lausberg, datada das décadas de 50-60 do século XX e publicada em português pela Fundação Calouste Gulbenkian, bem antes da *Carta*, contam-se 10 línguas românicas. A dezena parece ser o número constante de línguas românicas (cf. Mapa 1). Através da consulta desta obra, verifica-se que as 10 línguas românicas consideradas não são as mesmas das do compêndio. Por exemplo, pela observação do conteúdo associado ao título “2. As línguas românicas e a sua classificação” (cf. Figura 6), comprova-se que a organização em grupos é uma opção predominante. Aqui a proposta é tripartida e depois subdividida em “zonas parciais”, com, pontualmente, a abreviatura das línguas: România ocidental (galo-românia: provençal, franco-provençal e francês/ reto-românia/ Norte de Itália/ ibero-românia: catalão, espanhol, português), România oriental (Centro e Sul da Itália/ Dalmácia/ Roménia) e Sardenha. A Itália aparece como o estado mais dividido, repartido em três grupos (no terceiro, o da Sardenha, por ter em conta que a ilha é italiana).

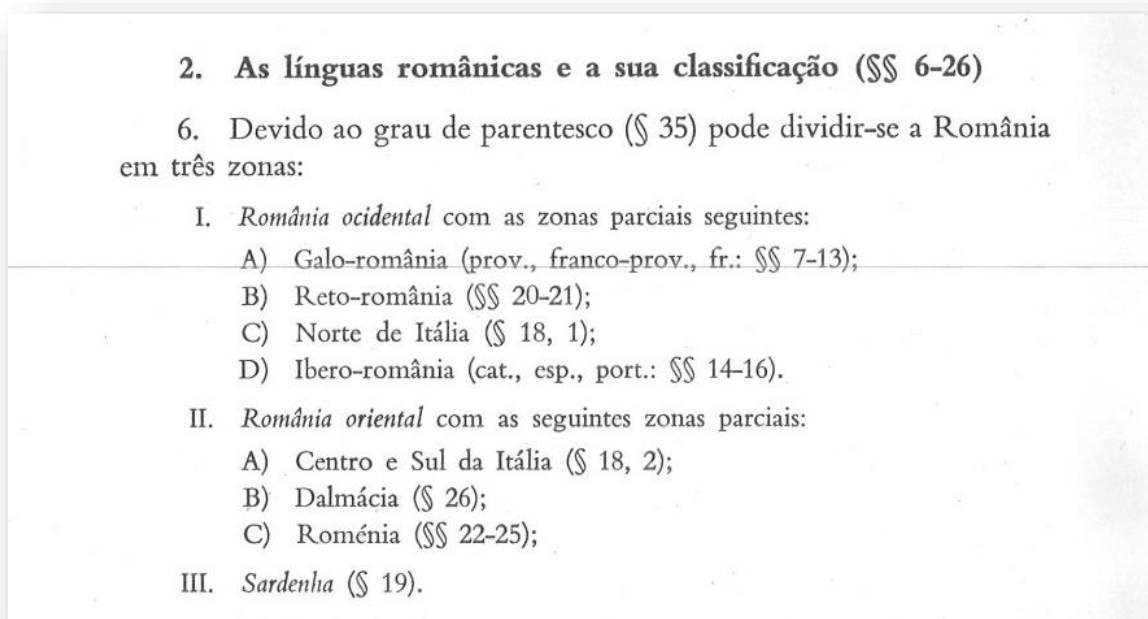


Figura 6: Classificação das línguas românicas segundo Lausberg, p. 27.

Assim sendo, são 11 as línguas românicas identificadas por Heinrich Lausberg. No entanto, não incluem o galego e, relativamente à proposta do compêndio (cf. Mapa 1), além da inserção do franco-provençal, é adicionado o dálmata, que, no século XXI, é língua morta

(cf. a data de 1898, segundo Lausberg, 43). Considerado como a ponte entre o italiano e o romeno, situava-se na zona da Croácia e do Montenegro. O destino de desaparecimento das línguas não oficiais parece estar inscrito na sua própria circunstância, caso não se inverta a tendência em vigor (cf. *Carta* e Património Linguístico Europeu). Se não forem valorizadas, nomeadas (identificar é dar existência) e ensinadas, perder-se-á esse Património Linguístico. Voltando às línguas românicas identificadas por Lausberg, enumeram-se as que são abreviadas ou evidenciadas pela nomeação territorial no esquema apresentado (cf. Figura 6): provençal (prov.), franco-provençal (franco-prov.), francês (fr.), catalão (cat.), espanhol (esp.), português (port.), italiano (subdividido: Norte/ Centro e Sul), sardo (Sardenha), reto-romano (Reto-românia), romeno (Roménia) e dálmata (Dalmácia). Reportando-se a assuntos como os “dialetos” e à “escrita” (as línguas com representação gráfica), na página 28, Lausberg, lista as dez línguas românicas que vai tratar: português, espanhol, catalão, provençal, francês, reto-romano, italiano, dálmata, romeno e sardo. Pelo tratamento comparativo que lhes vai dando, como, por exemplo, na página 155 (cf. Figura 7), no quadro sinóptico que se refere às vogais pós-tónicas, comprova-se que nem todas são realmente abordadas, como sucede com o dálmata, cuja menção, pelo que se observa, não ocorre nessa sinopse esquemática. No entanto, há dados suplementares com uma linha para o latim clássico, outra para o latim vulgar, uma designada “Oby.” e duas para o italiano (uma para o toscano e outra para o do sul). O trabalho de cotejo é pormenorizado e evidencia um conhecimento profundo das línguas românicas oficiais, com uma abordagem específica às subdivisões do italiano que nas listagens existentes surge, porém, com essa designação unificadora (cf. Lausberg, 28): o gentílico (italiano) homónimo da língua estatal unificador:

δ) Influência de prefixos (§ 271)

271. O prefixo ex- ingeriu-se na evolução de a(u)sclutare (§ 258), obscuro, abscondere para esp. *escuchar*, fr. *écouter* (mas it. *ascoltare*, rom. *ascultá*), esp. *escuro* (ao lado do erudito *oscuro*; no it. *scuro* generalizou-se a aférese a partir de expressões como *all'oscuro* > *allo scuro*), *esconder* (mas it. *nascondere* < inab-), o prefixo de- intrometeu-se no desenvolvimento de directu para *derēctu (esp. *derecho*; v. também § 265), e o prefixo re- na evolução de rotundu para retundu (esp. *redondo*, prov. *redon*, rom. *rătund* [§ 262], it. arc. *ritondo*, 'redução' do 'composto' para o 'simples' em it. *tondo*).

B. Vogais postónicas (§§ 272-291)

1) Nos paroxítonos (§§ 272-281)

a) Generalidades (§§ 272-274)

272. As vogais postónicas têm pouca compressão respiratória (cf. § 118). Em sardo e it. (centro e sul da Itália [mas v. adiante]) mantêm-se em quase toda a sua totalidade. O rom. já não mostra o mesmo grau de conservação. O esp. e port. reduzem ainda mais as vogais postónicas. Nas outras áreas (fr. [para o franco-prov. § 275], prov., cat., reto-romano, dialectos galo-it.) impôs-se uma tendência para o esvaimento das vogais postónicas, o que está relacionado com um exagero do acento expirador (extrema acentuação das sílabas tónicas e das sílabas com acento secundário) (v. § 120)¹. Na Itália do sul (especialmente Nápoles, Abruzos, Apúlia) fazem-se notar tendências semelhantes mais recentes. — Em geral a vogal *a* com o maior grau de perceptibilidade sonora é a vogal mais resistente. — Quadro sinóptico (v. também §§ 250; 252, nota)²:

Lat. cl.	i	ī	ē	ě	ā	ō	ū	ū
Sardo	i†		e		a	o	u†	
Rom.	i(i, -)†		e(ē)		ā	—(o)†		
Sistema do 'lat. vulg.'	i†		e		a	o	u†	
Port.	e[e](-)†		e[e](-)		a[a]	o[u]	o[u]†	
Esp.	e(-)†		e(-)		a	o		
Cat.	-†		—		a[a]	—(o)		
Prov.	-†		—		a	—		
Fr.	-†		—		e[ɛ, -]	—		
Obv.	-†		—		a[a]	—	-†	
It. (tosca.)	i		e		a	o		
It. do sul	i†		e		a	o	u†	

¹ Fases intermédias no processo de esvaimento são, por um lado, o apagamento da qualidade (> [ɛ]) e, por outro lado, a pronúncia em voz baixa (pronúncia surda). A fase transitória da pronúncia expirada pode-se observar bem no port. actual e nos dialectos do sul da Itália.

² O sinal — significa esvaimento e o sinal † efeito metafónico sobre a vogal tónica (v. §§ 192-199). Para a explicação dos outros sinais v. § 253.

Figura 7: As línguas românicas em quadro comparativo de Lausberg, p. 155.

Se se abrir uma outra obra praticamente contemporânea à de Heinrich Lausberg, como é o caso da de Carlo Tagliavini, originalmente escrita em italiano (cf. 1.^a ed. – 1949) e cuja tradução espanhola (cf. 2.^a ed. com reimpressão em 1993) se consultou: *Origenes de las Lenguas Neolatinas*, observa-se que são 11 as línguas românicas (línguas e dialetos) consideradas e que, nessas, há duas, dos manuais anteriores, que não estão incluídas. Nem o galego o é, nem o reto-românico. Verifica-se, ainda, que, partindo das do compêndio inicial (cf. Mapa 1), são adicionadas duas: o dalmático (do espanhol “el dalmático” e dálmata, na tradução da obra de Heinrich Lausberg) e o ladino. O provençal vem ligado ao gascão, tendo que se conservar esta designação. Há, por isso, uma nova indicação, mesmo se tida como regional.

VI. LAS LENGUAS Y LOS DIALECTOS NEOLATINOS	
§ 63. La clasificación de las lenguas neolatinas	471
§ 64. El rumano	480
§ 65. El dalmático	503
§ 66. El ladino	508
§ 67. El sardo	520
§ 68. El italiano	527
§ 69. El provenzal (y el gascón)	556
§ 70. El francoprovenzal	564
§ 71. El francés	569
§ 72. El catalán	576
§ 73. El español	580
§ 74. El portugués	584
Bibliografía	593

Figura 8: Parte do índice da obra de Tagliavini: as línguas e os dialectos românicos.

Pela parte IV do índice “Las Lenguas y los dialectos neolatinos”, parecendo não ter relevância um estatuto ou outro, surgem designados os pontos (com as páginas correspondentes) em que são tratados, fazendo assim facilmente a enumeração: romeno, dalmático, ladino, sardo, italiano, provençal (com gascão), franco-provençal, francês, catalão, espanhol e português (cf. Tagliavini, 589, Figura 8). Citando José Leite de Vasconcelos, para o português, retém o termo “codialecto” em que inclui, por exemplo, o galego e o mirandês. Se esta última apenas em 1999 alcançou o estatuto de língua oficial, embora não lhe seja dado grande realce a nível nacional, o galego é há muito classificado como língua, mesmo se próxima do português.

A consulta de um livro como o de Pierre Bec intitulado *Manuel Pratique de Philologie Romane*, posterior aos anteriores, por datar de 1971, embora mais próximo do de Lausberg, atesta-se que não surgem “todas” as línguas românicas. Aliás, no próprio índice (cf. Figura 9), são indicadas “algumas”. É o que importa observar: as nomeadas e as excluídas. São indicadas apenas oito línguas: italiano, espanhol, occitano, catalão, francês, romeno, reto-friulano (uma nova designação associada ao reto-romano ou identificada como reto-românico) e franco-provençal. Pierre Bec, nessa obra, pela consulta que se fez, incluindo com uma atenção redobrada ao índice, não inclui três referidas desde o compêndio e o Mapa 1: sardo (todavia, este é mencionado na obra e consta da capa), galego e português. Na capa do tomo II, aqui em consulta, para o subtítulo, são indicadas as línguas em análise e totalizam seis: francês, romeno, sardo, reto-friulano, franco-provençal e dálmata.

TABLE DES MATIÈRES		643
IV. <i>Les systèmes phonologiques de quelques langues romanes</i>		443
Latin classique.....		444
Italien.....		445
Espagnol.....		448
Occitan.....		451
Catalan.....		454
Français.....		456
Roumain.....		459
Rhéto-frioulan.....		461
Francoprovençal.....		462
V. <i>Les distributions romanes du phonétisme latin et proto-roman</i>		463
I. Vocalisme.....		464
I. Les distributions proto-romanes du vocalisme latin.....		464
II. Les distributions romanes du vocalisme proto-roman.....		465
II. Consonantisme.....		468
A. Occlusives intervocaliques.....		468
B. Latérales et nasales intervocaliques.....		468
C. Les palatalisations proto-romanes.....		469
D. Les palatalisations romanes.....		469
E. Groupes divers.....		470
POUR UNE CLASSIFICATION DES LANGUES ROMANES (Appendice II).....		471
INDEX DES FORMES.....		475
<i>Latin</i> (p. 477), <i>Italien</i> (p. 508), <i>Ibéro-roman</i> (p. 524), <i>Espagnol</i> (p. 526), <i>Portugais</i> (p. 537), <i>Occitano-roman</i> (p. 547), <i>Occitan</i> (p. 550), <i>Catalan</i> (p. 560), <i>Gascon</i> (p. 566), <i>Français</i> (p. 571), <i>Roumain</i> (p. 587), <i>Sarde</i> (p. 597), <i>Rhéto-frioulan</i> (p. 601), <i>Francoprovençal</i> (p. 607), <i>Dalmate</i> (p. 609), <i>Allemand</i> (p. 611), <i>Anglais</i> (p. 611), <i>Celtiques (langues)</i> (p. 611), <i>Germanique</i> (p. 612), <i>Grec</i> (p. 613), <i>Bases</i> (p. 613), <i>Langues diverses</i> (p. 613).		
INDEX ANALYTIQUE.....		615
TABLE DES CARTES.....		635
ERRATA DU PREMIER VOLUME.....		636
ADDENDA ET CORRIGENDA BIBLIOGRAPHIQUES.....		637

Figura 9: Parte do índice da obra de Bec, com indicação de “algumas” línguas românicas.

Em suma, os estudiosos fazem opções e vão trabalhando mais umas línguas do que outras. Seja por que motivo for, a presença de umas face à ausência das outras leva a que se lembre as presentes e se esqueça as não referidas. Será um mero acaso. Sucederá olvidar unicamente uma num livro e outra noutra, mas é o suficiente para que aquelas se imponham a estas. Poderiam facultar-se os dados de outros manuais como *Introdução à Linguística Românica*, (Jordan, 1982) ou *Introducción a la Filología Románica* (Renzi, 1982), mas a situação descrita manter-se-á, decerto, e, por isso, opta-se por concluir esta comparação sumária com a obra *Manuel de Linguistique Romane* (Allières, 2001), que se encontra disponibilizada na Internet. É “on line” que muitos títulos com referências às línguas românicas vão surgindo e entre eles contabilizam-se manuais de História da Língua Portuguesa com referências às

línguas românicas, como a de Rodrigo Tadeu Gonçalves e Renato Miguel Basso (2010) que nos capítulos “Do latim ao português” e “História do Português” da *História da Língua* se reportam às línguas latinas. Os materiais existentes a analisar são muitos e os desta demonstração tornam-se apenas uma amostra, que se finaliza com uma publicação de Jacques Allières. Aliás, foi em grande parte este autor que motivou o labor comparativo que se empreendeu. A investigação-reflexão sobre o lugar, nos manuais de Linguística Românica, das línguas ditas “minoritárias” foi motivada por uma afirmação de Allières. A intenção é compreender a situação das línguas românicas no presente, havendo as que são permanentemente referenciadas e as que são esquecidas, criando “buracos”, ou seja, “espaços vazios” na Romania que fica “empobrecida”, comportando partes silenciadas, como se não existissem ou nunca tivessem existido. A citação abaixo não deixa margens para dúvidas. Segundo este autor, tem havido “certains vides”, uns espaços vazios (ou esvaziados), no quadro das línguas românicas. Observa-se que são sobretudo as línguas não oficiais que vão “desaparecendo” dos manuais, embora algumas sejam reconhecidas como “línguas pontes” entre outras que se vão mantendo (Allières, 2001, p.XIV):

“si notre Romania paraît plus riche qu’on ne la présente d’habitude, c’est que nous avons voulu restituer un paysage que déséquilibraient certains vides. Nous avons ainsi réintégré le catalan, “langue pont” entre ibéroroman et gallo-roman, à laquelle l’histoire récente a rendu outre-Pyrénées son poids légitime, l’occitan auquel seule la France, toujours jacobine, a obstinément refusé jusqu’ici le statut culturel que son prestige européen médiéval et sa spécificité linguistique qui valent amplement à l’étranger, au sarde enfin où Dante voyait un latin un peu écorché, tant son archaïsme joint à son originalité foncière le séparent des parlers italiens. Si le Dalmate n’a pas bénéficié d’un semblable égard, c’est, d’une part, que cette langue est maintenant disparue – et nous ne traitons que d’idiomes vivants (...). Enfin, nous avons privilégié (...) des “koinés” nouvelles nées dans des régions récemment dotées d’un certain degré d’autonomie, à tout de moins culturel.”

As palavras do autor ressoam em quem as lê, chamando a atenção para certos pormenores no âmbito do estudo das línguas românicas: “se a Romania dele parece mais rica do que habitualmente é apresentada, foi porque quis restituir uma paisagem que alguns espaços vazios desequilibravam”. Significa isso que Jacques Allières reconhece que, em muitos estudos, nem todas as línguas românicas aparecem. Todavia, verifica-se que, no dele, acaba por também suceder. Se a justificação para o dálmata é compreensível: é uma língua

morta e Allières trata unicamente de línguas vivas, não o será para o galego, embora toda a corrente integracionista do galego relativamente ao português possa corroborar essa posição. Contas feitas, no total, Jacques Allières apresenta nove línguas românicas (“langues dites «romanes»,”) como se lê na contracapa, a saber: português, espanhol, catalão, occitano, francês, reto-romano, italiano, sardo e romeno. Falta o já referido galego que, no seu *Manuel de Linguistique romane*, Allières associa ao português, voltando a colocar-se a questão da diferenciação conceptual (que terá muito de política como no caso do occitano que a França jacobina “apagava” por lhe dar um certo jeito) entre “língua” e “dialeto”. Se se regressar aos três mapas aqui apresentados, observa-se que o galego está representado em todos eles enquanto língua românica. Logo, os linguistas, como os Estados (os da UE, quanto à *Carta*), fazem escolhas. Seguindo este princípio, comparem-se os dados recolhidos nas oito obras ligadas à divulgação e ao estudo (ao ensino) das línguas, nomeadamente das românicas.

3. Comparação dos dados e o ensino das línguas românicas não oficiais

Numa comparação rápida dos mapas 1, 2 e 3, verifica-se que apresentam, quase exclusivamente, a Europa, o berço das línguas românicas. Destaca-se que todos eles incluem as ilhas mediterrânicas, mas não as atlânticas. Não indicam nem os arquipélagos europeus atlânticos (Canárias, Madeira e Açores), nem o continente americano, sendo a América Central e a do Sul extremamente importantes para o peso das línguas românicas no mundo. Num compêndio relativo à influência do latim como aquele a que o mapa 1 pertence, fará sentido representar exclusivamente as fronteiras conhecidas do Império Romano à volta do “Mare Nostrum” que era o Mar Mediterrâneo. Todavia, deixa de ser compreensível nos mapas 2 e 3 por se reportarem à contemporaneidade. Os restantes continentes (parcialmente esboçados) como o africano ou o asiático, onde houve e se conservam territórios com a prevalência das línguas românicas, também estão excluídos, mesmo no mapa 3, que faculta a panorâmica geral linguisticamente mais viva no século XXI. É de sublinhar que o mapa 3 comporta muitos pormenores, sendo as cores uma clara manifestação disso mesmo. É mais detalhado do que os outros dois, considerando a existência de línguas românicas onde os mapas 1 e 2 não assinalam qualquer presença, como na costa adriática e nos Balcãs. A grande diferença parece ser a de os mapas 1 e 2 corresponderem a materiais de obras pedagógicas de divulgação para um público alargado, reduzindo ao essencial a informação, enquanto o mapa 3, embora acessível a qualquer pessoa por estar disponível na Internet, pretender dar uma visão mais ampla do tema das línguas românicas, da sua existência na Europa, em particular em Espanha. No mapa, é a este estado que se reporta para representar a maior

diversidade linguística. Os dados disponibilizados apresentam-se como resultado de especialistas, podendo estar linguistas detrás dessa informação (ex.: o pormenor “bable” para o asturo-leonês é, a esse nível, revelador). Explora intensiva e aprofundadamente o tema das línguas românicas, e não será por acaso, já que a página, de Bilbao, é relativa a uma localidade do estado espanhol. Por conseguinte, regista com cores os mais ínfimos pormenores linguísticos e os matizes são tantos (o mapa apenas tem cores e não nomes de línguas) que a diferença entre “língua” e “dialeto” poderá estar esbatida, importando bem mais a riqueza da diversidade linguística do que a uniformização. É, por conseguinte, a referência com mais nomes de línguas mencionadas (cf. Quadro 1), embora venham nomeadas em texto e não no mapa.

Se, num exercício de sistematização, se apresentasse a listagem das línguas românicas estudadas (por vezes, unicamente referidas pontualmente) para comparação, verificar-se-ia que as línguas não são sempre as mesmas e algumas nem são mencionadas com as mesmas designações. Faz-se o exercício no Quadro 1, correndo o risco de falhar (o que os proponentes da *Carta* evitaram) alguma língua. Dá-se conta da consulta, apontando as línguas mencionadas na capa, na contracapa, no índice, em mapas ou em esquemas. Os paratextos das obras foram essenciais para a recolha de dados. Distinguem-se os nomes dos idiomas, quando estes são completamente divergentes, mesmo se podem estar relacionados, aceitando que a diferença de nome será significativa (ex.: occitano e provençal). Metodologicamente, juntam-se, quando estão muito próximos (ex.: reto-romano e reto-românico). Do registo das obras referidas, e tratadas acima, obtém-se um quadro, bastante elucidativo, como o que se apresenta (cf. Quadro 1) com oito obras, incluindo quadro manuais de Linguística/ Filologia Românica.

Figueiredo e Almendra (mapa)	Belin (esquema)	Wyse (mapa e esquema)	C. Bilbao (texto explicativo)	Lausberg (texto e tabelas)	Tagliavini (índice)	Bec (capa e índice)	Allières (contracapa)
português	português	português	português	português	português	x	português
galego	x	galego	Galego	x	x	x	x
espanhol	espanhol	espanhol	Espanhol	espanhol	espanhol	espanhol	espanhol
catalão	x	catalão	Catalão	catalão	catalão	catalão	catalão
francês	francês	francês	Francês	francês	francês	francês	francês
provençal	x	provençal	X	provençal	provençal (com gascão)	x	x
reto-romano	x	reto-românico	X	reto-romano	x	x	reto-romano
italiano	italiano	italiano	Italiano	italiano (Norte/ Centro e Sul)	italiano	italiano	italiano
sardo	x	sardo	X	sardo	sardo	sardo	sardo
romeno	romeno	romeno	Romeno	romeno	romeno	romeno	romeno
x	x	x	X	dálmata	dalmático	dálmata	x
x	x	x	Occitano	x	x	occitano	occitano
x	x	x	Friulano	x	x	reto-friulano	x
x	x	x	X	x	franco-provençal	franco-provençal	x
x	x	x	X	x	ladino	x	x
x	x	x	Arpitano	x	x	x	x
x	x	x	Siciliano	x	x	x	x
x	x	x	navarro-aragonês	x	x	x	x
x	x	x	asturo-leonês (bable)	x	x	x	x

Quadro 1. Síntese da identificação das línguas românicas nas obras consultadas.

Em síntese, somam-se 19 nomes de línguas românicas, se não se considerarem as variações, como por exemplo: italiano do Norte, do Centro e do Sul, este com siciliano; gascão com provençal; arpitano para franco-provençal ou ladino para reto-românico. Um exercício de listagem (não empreendido pela *Carta*) é redutor como o revela o Quadro 1, mas permite compreender que as línguas nacionais, as oficiais, estão, geralmente, nomeadas em todas as publicações, salvo se o manual é dedicado especificamente a algumas (cf. Bec) e as não oficiais, ou seja, as ditas “minoritárias” ou “regionais”, são mais facilmente “apagadas” (cf. o símbolo x, no Quadro 1). A obra mais redutora foi a da Editora Belin, embora venha com a etiqueta “para a ciência” porque apresenta unicamente as línguas oficiais e não dá qualquer relevância às não oficiais (regionais ou minoritárias).

Quando se consulta um texto como do Relatório Eurydice intitulado *O Ensino das Línguas Regionais ou Minoritárias nas Escolas da Europa* (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice,

2019), entende-se a importância de valorizar o Património Linguístico da União Europeia. Mesmo sendo vasto, e neste documento vem contabilizado, torna-se fundamental estudá-lo:

“A coexistência harmoniosa de inúmeras línguas na Europa constitui um poderoso símbolo da aspiração da União Europeia de alcançar a união na diversidade, uma das pedras angulares do seu projeto. Registam-se na UE 24 línguas oficiais e 3 alfabetos, alguns dos quais com cobertura mundial. Do património europeu fazem parte outras 60 línguas, faladas em regiões específicas ou por certos grupos.”

Se se ignorar esta realidade plural e se os manuais não a referirem, como se perpetuará? O ensino, nomeadamente o universitário, no âmbito da Linguística Românica, só tem a ganhar divulgando as línguas não oficiais, sejam minoritárias ou regionais. Contudo, como ficou atestado no Quadro 1, deveria começar-se por fixar a nomenclatura pela qual são designadas e aceitar-se tanto o que é considerado “língua” como “dialeto”, quando, comprovadamente, este é tão histórico quanto aquela, sendo, no entanto, relegado para um nível inferior por razões políticas (ex.: o occitano não ter sido reconhecido como língua pelo poder jacobino, segundo Allières). Poderá ser um ensino de reflexão para conhecimento passivo (a Linguística Românica) e não se chegar a uma proposta de aprendizagem intensiva como a avançada por Tibor Navracsics, o Comissário responsável pela Educação, Cultura, Juventude e Desporto, que concebe que se ensinem e aprendam as línguas não oficiais:

“Em maio de 2019, o Conselho da União Europeia adotou uma Recomendação relativa a uma abordagem global de ensino e aprendizagem de línguas. A União Europeia e os seus Estados-Membros comprometem-se a aumentar o nível de ambição respeitante à aprendizagem de línguas nas escolas. Para além da literacia na(s) língua(s) de instrução, este objetivo inclui ainda a aquisição de duas línguas adicionais. Em linha com a dita Recomendação, os aprendentes podem desejar incluir, no seu portefólio linguístico pessoal, línguas menos frequentemente ensinadas e aprendidas.”

A propósito, para retomar o ponto inicial, a *Carta* e o seu *Relatório Explicativo*: também se debruçam sobre a temática do ensino das línguas regionais e minoritárias. Vejam-se o Artigo 8.º - Ensino da “Parte III – Medidas em favor do emprego das línguas regionais ou minoritárias na vida pública, a tomar em conformidade com os compromissos assumidos nos termos do n.º 2 do artigo 2.º” e, antes deste artigo, a “Garantia do ensino e do estudo das línguas regionais e minoritárias (Artigo 7.º, número 1., alíneas f) e h)”. O *Relatório*

Explicativo elucida o que é pretendido. Para a Linguística Românica, trata-se do ensino “da”, ou melhor, “das” línguas que tendencialmente não se enunciam como principais (sublinhado adicionado):

“63. Um fator crucial para a manutenção e a preservação das línguas regionais ou minoritárias é o lugar que ocupam no sistema educativo. A Carta satisfaz-se com a afirmação do princípio na Parte II, deixando aos Estados a definição das medidas de implementação. Exige, ainda assim, que as línguas regionais ou minoritárias estejam presentes “a todos os níveis apropriados” do sistema educativo. Os arranjos para o ensino da língua regional ou minoritária vão naturalmente variar de acordo com o nível de educação em questão. Nalguns casos, em particular, vai ser necessário prover para o ensino “na” língua regional ou minoritária e noutros, apenas para o ensino “da” língua. Apenas o ensino da língua regional ou minoritária a níveis para os quais a língua não seria adequada, tendo em vista as suas características particulares, pode ser deixado fora de consideração.”

Se o ponto 63 é esclarecedor a respeito da importância da inclusão na Linguística Românica do estudo das línguas regionais ou minoritárias formadas a partir do latim a par das nacionais e maioritárias, o 64 sublinha-o explicitamente. Reportando-se a todas as línguas não oficiais da UE, aplica-se com perfeição ao caso das românicas regionais (sublinhado adicionado):

“64. Enquanto o número 1.f. respeita ao estabelecimento ou à salvaguarda do ensino na ou da língua enquanto instrumento de transmissão da língua, o parágrafo 1.h. respeita à provisão de estudos e investigação sobre as línguas regionais ou minoritárias em termos de vocabulário, gramática e sintaxe. A promoção destes estudos integra-se no esforço geral em promover as línguas regionais ou minoritárias, de modo a encorajar o seu progresso intrínseco.”

Resta pôr a proposta em prática. Os futuros manuais de Linguística Românica, e consequentemente o ensino desta, deveriam dar a conhecer todo o património, plural, de línguas existente e que se foi formando pela influência dos romanos. Pressupõe que os linguistas, ao estudarem intensivamente os diversos idiomas “nas” próprias línguas por, muitas vezes, serem falantes nativos, forneçam materiais aos que se dedicam ao seu estudo não sendo falantes nativos. Com os conhecimentos daqueles, estes, não tendo um conhecimento baseado no uso, mas no estudo, podem: observá-las, descrevê-las, analisá-las

e compará-las no seu conjunto, enquanto herdeiras, ao mesmo nível, do latim. Esta vertente exploratória verificar-se-á na abordagem ao Património Linguístico com o estudo de “vocabulário, gramática e sintaxe”, assim como para outras disciplinas, como a fonética, a fonologia ou a morfologia.

Considerações finais

Como se verificou, o *Relatório* permite compreender a visão subjacente à *Carta*, ficando explícito nas várias citações apresentadas. Pelo seu intermédio, interessa apurar o olhar sobre o património para observar a realidade linguístico-cultural europeia. Nesse vasto conjunto, viu-se especialmente o caso dos idiomas românicos, estabelecendo-se a diferença entre línguas oficiais (nacionais e maioritárias) e não oficiais (regionais e minoritárias). As línguas oficiais de um Estado disseminam-se por todo o território estatal e, logicamente, não correspondem àquelas que são as “não oficiais”. O ponto de partida é o das fronteiras de cada Estado e não as da UE: assim se definem a língua “regional” (que remete para uma zona característica e geograficamente delimitada, uma região, um território parcelar de um Estado) e a “minoritária” (que é em número mais reduzido, ou seja, a reenviar para a contabilização dos falantes, oriundos de um território com história no interior de um Estado). Logo, a geografia e a população, além da história (passado – património), revelam-se critérios a considerar na diferenciação linguística. As línguas que tiverem a classificação de regionais e minoritárias irão distinguir-se das que não são nem de um tipo, nem do outro por serem “nacionais maioritárias” ou, então, variedades delas. A diferenciação cabe aos Estados, ou seja, aos seus políticos. Essa etiquetagem implica que as línguas não sejam todas iguais, por não serem classificadas como tal, nem tenham todas a mesma relevância. Pelo menos o olhar que sobre elas recai leva a tirar essa conclusão. Logo, à luz da *Carta*, clarificaram-se as respostas às perguntas colocadas.

Que alcance teve a *Carta* desde 1992 em quem estuda assuntos de Linguística Românica? Quem estuda Linguística Românica, na universidade, inclusive nas instituições europeias periféricas e regionais, tende a dar mais importância às línguas dominantes nos Estados-Membros, que também são línguas oficiais da União Europeia, do que às restantes, pela influência das obras de consulta e dos manuais. Várias publicações de Linguística Românica, obras de consulta especializada, são anteriores à *Carta* e não mencionavam todas as línguas. Já que são referências bibliográficas que se mantêm em uso no ensino universitário depois da *Carta*, isso tem reflexos evidentes de contínua desvalorização das línguas não oficiais (regionais, minoritárias). Apesar de a *Carta* estar em vigor desde a década de 90, do

século XX, em vários Estados da UE, as línguas predominantes são tão fortes, nesses materiais bibliográficos, que se impõem, mesmo no ensino da Linguística Românica. Os manuais pré-*Carta* mantêm-se como fontes de informação primordiais e, como ficou comprovado, na breve demonstração empreendida e na comparação sintetizada no Quadro 1, algumas línguas são, neles, sempre nomeadas e outras não o são: as regionais ou minoritárias.

Que vitalidade tem a *Carta* em manuais de Linguística Românica? Publicados ao longo do século XX e nos inícios do XXI, a predominância dos manuais é incontestável no movimento de difusão de políticas linguísticas, no ensino global e no universitário, em particular. Têm um papel fundamental, tanto os compêndios gerais, mais destinados a um amplo público, como os especializados em Linguística Românica. Em todos eles, a *Carta* não pareceu ter grande efeito. É certo que muitos são instrumentos de ensino prévios à *Carta*, mas as edições posteriores a esta não parecem mudar o estado anterior. A quase indiferença face às línguas não oficiais sobressai da consulta dos manuais pré e pós-*Carta*. Para os manuais de Linguística Românica ulteriores à *Carta*, o cenário parece ser o mesmo que o pré-*Carta*: predominam as línguas oficiais da UE. Panorama idêntico se descobre em alguns manuais com, no presente, alcance nos meios digitais, mais de trinta anos depois do aparecimento do documento europeu para a valorização das línguas regionais ou minoritárias. Faltam manuais gerais dedicados às línguas românicas minoritárias ou regionais, às línguas latinas não oficiais, assim como às variedades dialetais de cariz neolatino.

Umhas quantas conclusões parciais permitem compreender melhor a situação que se procurou descrever: 1) Os autores de manuais ao incluir ou excluir línguas são agentes de políticas linguísticas. 2) Os manuais e as obras sobre as línguas em geral têm um alcance alargado, junto das populações, porque são instrumentos de difusão do conhecimento, e este pode ser falseado pela omissão. 3) A sua forma de tratamento das diversas línguas, entre elas as românicas, veiculam políticas linguísticas. 4) Os manuais, e as diversas publicações sobre as línguas românicas, vão nomeando umas e nem sempre outras, tornando-se aquelas mais fortes do que estas. 5) As línguas românicas não nomeadas (as não oficiais) acabam por ser desconhecidas do público em geral e, em particular, de estudantes universitários da área das Humanidades, que, cada vez mais, identificam exclusivamente as línguas românicas nacionais (cf. Belin- Pour la Science). Em síntese, globalmente, duas grandes conclusões: a primeira é que nomear as línguas não oficiais (os dialetos também) lhes dá vida: preserva-as, valoriza-as tanto quanto as oficiais. Por contraponto, a segunda vai no sentido de que não as nomear fá-

las desaparecer porque as apaga: desvaloriza-as, ignora-as. Assim, para as línguas regionais (e nem sempre minoritárias quando comparadas com outras línguas nacionais no seio da UE), é fulcral privilegiar as que são menos conhecidas (regionais e minoritárias) nos manuais.

Se no passado não foi assim, a *Carta* – e outros documentos – apenas terá ecos com relevância no futuro para o ensino das línguas ditas regionais e minoritárias, com a intervenção dos membros da comunidade, nomeadamente quando os manuais e, por conseguinte, os seus autores – linguistas – as considerarem a par das nacionais. A influência das línguas oficiais deixará de ser tão forte e já não se imporá como exclusivo no ensino da Linguística Românica. No âmbito da România, para quem nutre interesse pelas políticas linguísticas, é, sem qualquer dúvida, indispensável continuar a análise geral de manuais de Linguística Românica e de livros de divulgação das línguas. Para que o Património Linguístico Românico Europeu se conserve devem ser consideradas todas as línguas românicas no ensino das línguas e acerca delas, em especial no universitário da área das Letras e Humanidades, no campo da Linguística.

Referências bibliográficas

- Allières, J. (2001). *Manuel de Linguistique romane*. H. Champion.
- Manuel de linguistique romane (2001 edition). Open Library.
- Belin – Pour la Science. (1999). *Les Langues du Monde*.
- Calvet, L.-J. “La Diversité linguistique : Quel Enjeu pour la Francophonie ?”. 2674.pdf (lpl-aix.fr)
- Camara de Bilbao. (2019). *As Línguas Românicas na Europa*.
<https://camarabilbaoidiomas.com/las-lenguas-romances/>
- Bec, P. (1971). *Manuel Pratique de Philologie Romane*. Editions A. & J. Picard.
- Figueiredo, J. N., & Almendra, M. A. (1977). *Compêndio de Gramática Latina*. Porto Editora.
- Lausberg, H. (1963). *Linguística Românica*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, R. T., & Basso, R. M. (2010). *História da Língua* (pp. 41-65). Editora Vozes,
- Iordan, I. (1982). *Introdução à Linguística Românica*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rebelo, H. (2016). “Os Nomes das Receitas: um Património Linguístico Regional, Nacional ou Internacional? Uma Análise Lexical”. In *Patrimónios Alimentares de Aquém e Além-Mar*, Pinheiro, J. & Soares, C., (ed. lit.). Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 283-312. <http://hdl.handle.net/10316.2/39609> DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1191-4>

- Renzi, L. (1982). *Introducción a la Filología Románica*. Gredos.
- Tagliavini, C. (1993). *Orígenes de Las Lenguas Neolatinas*.
- Comissão Europeia/EACEA/Eurydice. (2019). *O Ensino das Línguas Regionais ou Minoritárias nas Escolas da Europa*. Relatório Eurydice. Serviço das Publicações da União Europeia. Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (cnedu.pt).
- União Europeia. (1992). *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*, aberta à assinatura em Estrasburgo, em 05-11-1992 – Série de Tratados Europeus n.º 148 – e entrada em vigor na ordem internacional a partir de 01-03-1998.
- [carta_europeia_das_linguas_regionais_ou_minoritarias.pdf](#) (ministeriopublico.pt).
- União Europeia. *Carta Europeia Para as Línguas Regionais ou Minoritárias*. Relatório explicativo, 16806d3606 (coe.int).
- Wyse, L. (2001). *O Atlas das Línguas. A Origem e a Evolução das Línguas no Mundo*. Estampa.